

FACULDADE DE DIREITO – UNIVERSIDADE DE LISBOA

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

2023 / 2024

EXAME ESCRITO – RECURSO

GRELHA DE CORRECÇÃO

Grupo I

Responda a três das seguintes questões:

1 – A Paz de Vestefália introduziu novos princípios na ordem internacional?

*Antecedentes e desenvolvimento da Guerra dos Trinta Anos (1618-1648); a Paz de Vestefália e os princípios dela emanados; a Paz de Vestefália como conjunto de tratados coletivos: Munster e Osnabruck (1648) e Pirenéus (1659). Identificação dos princípios tradicionalmente associados à Paz de Vestefália: princípio *cujus regio euis religio* – antecedentes – a Paz de Augsburg; identificação da solução para o problema religioso; a problemática religiosa e o desenvolvimento do Estado. A problemática da soberania do Estado e os princípios dela decorrentes: conceito e desenvolvimento histórico anterior a Vestefália; efeitos da Paz de Vestefália na configuração interna e externa do Sacro Império e relação com o princípio da soberania. Princípio da igualdade jurídica dos Estados e princípio do equilíbrio político – caracterização; identificação nos tratados (a Paz de Utreque).*

2 – Quais as principais disrupções introduzidas na ordem internacional pelas guerras napoleónicas?

Identificação dos conflitos internacionais na sequência da Revolução Francesa, em particular a reacção da Áustria, da Prússia, do Reino Unido e da Espanha. A afirmação dos princípios da soberania popular e da autodeterminação dos povos no contexto revolucionário e as suas consequências para o reconhecimento da soberania e dos actos jurídicos internacionais. A ascensão de Napoleão e a sua acção. A utilização do princípio da autodeterminação dos povos e a modificação do mapa da Europa; em especial, a dissolução do Sacro Império; a posição de Portugal (em especial, os efeitos da aliança com o Reino Unido, a resposta ao bloqueio continental, a coacção sobre o Estado português para a imposição da paz com Espanha; a evolução da posição da Espanha; os planos de Napoleão para a dissolução e partilha de Portugal; a acção diplomática portuguesa, a transferência da corte para o Brasil, a organização britânica da resistência militar peninsular). A reorganização da Europa após a derrota de Napoleão: o Congresso de Viena e a posição da França; os princípios da legitimidade e da autodeterminação

dos povos; a posição de Portugal no Congresso de Viena (a permanência da corte no Brasil e a administração britânica de Portugal continental; a solução do Congresso para os conflitos territoriais com Espanha); os efeitos fora da Europa: em especial, os movimentos de independência no continente americano (a acção da Santa Aliança e do Reino Unido; a posição da Espanha e de Portugal).

3 – Quais as principais conclusões da Conferência de Berlim?

A “questão africana” na segunda metade do século XIX. Identificação dos antecedentes próximos da Conferência e a posição de Portugal – em especial, a questão do Congo. Identificação das principais conclusões da Conferência e a sua relação com os antecedentes próximos da Conferência. Relação com antecedentes históricos (a liberdade de navegação dos rios internacionais e a supressão da escravatura no Congresso de Viena de 1815). Em especial, a defesa do princípio da ocupação efectiva dos territórios coloniais (ocupação administrativa, militar e populacional) contra os direitos históricos de descoberta seguida de posse e de conquista defendida por Portugal. Consagração limitada às costas de África do princípio da ocupação efectiva na Conferência de Berlim de 1885 – a definição da “esfera de influência” como critério de ocupação do interior africano; identificação dos artigos 34.º e 35.º do Acto Geral da Conferência de Berlim. A prática internacional subsequente.

4 – O Conselho de Segurança das Nações Unidas diverge substancialmente do Conselho da Sociedade das Nações (tenha em conta as funções, poderes, composição e sistema de votação)?

Análise da limitação do uso da força nas questões internacionais no final do século XIX – em especial, a Conferência da Paz da Haia de 1899 e as suas soluções. A limitação da guerra no século XX: o Pacto da Sociedade das Nações e as suas soluções – em especial, orgânica, identificação das regras relativas ao processo de decisão, solução pacífica de conflitos. A composição e funcionamento do Conselho (em especial, a regra de deliberação); as funções do Conselho e a “moratória de guerra”; identificação e caracterização jurídica e política do Pacto Kellogg-Briand de 1928; o fracasso do Pacto no caminho até à Segunda Guerra Mundial. A solução jurídica e a regulação do sistema de relações internacionais na Carta das Nações Unidas: princípios e objectivos da ONU; processo de decisão e efeitos jurídicos das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Segurança; a limitação do uso da força; direito de legítima defesa; funções do Conselho de Segurança; composição e funcionamento do Conselho de Segurança; processo de deliberação; identificação e contextualização da Resolução 377 A, 1950 (“Unidos para a Paz”); identificação de casos históricos relevantes.

Duração: 90 minutos

Cotação: Questões: 18 valores (3 x 6 valores); redacção e sistematização: 2 valores